



O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar

Clarice Salette Traversini
Samuel Edmundo López Bello

RESUMO - O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. O presente artigo tem por objetivo analisar a relação entre o saber estatístico e a governamentalidade. Na primeira seção, destacamos aspectos históricos das práticas sociais na constituição da estatística como saber do Estado. Na segunda seção, mostramos como, na governamentalidade neoliberal contemporânea, a estatística torna-se uma tecnologia de governo para gerenciar áreas de risco social. Para isso, analisamos um programa de redução do analfabetismo no Brasil, mostrando, por um lado, os usos que o programa faz do saber estatístico para a gestão do risco social; por outro, como os números operam para tornar o programa auditável, ou seja, para manter sua credibilidade na aferição do investimento financeiro na diminuição do analfabetismo.

Palavras-chave: **Estatística. Governamentalidade. Analfabetismo. Programas educacionais**

ABSTRACT - The numerable, measurable, and auditable: statistics as a governing technology. This article aims at analyzing the relationship between statistical knowledge and governmentality. In the first section, we have highlighted historical aspects of social practices in the constitution of statistics as a State knowledge. In the second section, we have shown how statistics has become a governing technology in the contemporary neo-liberal governmentality to manage areas of social risk. We have analyzed a program intended to reduce illiteracy in Brazil, showing, on the one hand, the uses of statistics knowledge in the program for managing the social risk, and, on the other hand, how numbers have operated to make the program auditable, that is, to keep its credibility when assessing the financial investment by means of the reduction in illiteracy.

Keywords: **Statistics. Governmentality. Illiteracy. Educational programs.**

Aspectos introdutórios

Em meados de setembro de 2008 a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, a venda do Merrill Lynch ao Bank of America e os problemas da seguradora AIG nos Estados Unidos, marcaram *oficialmente* o início da maior crise financeira, em escala global, derrubando os mercados acionários em todo o mundo. Desde a Grande Depressão de 1929 o mundo não via situação parecida com efeitos devastadores para os diversos setores da economia. Embora a crise financeira com início na maior economia do mundo – Os Estados Unidos da América do Norte - pudesse a princípio ser contornada com a injeção de US\$ 700 bilhões de dólares, por parte do Federal Reserve – FED, e de outros tantos bilhões por parte da ação conjunta de Bancos Centrais Europeus. O pessimismo e a cautela dos investidores arrastariam a crise do setor financeiro aos setores produtivos. Em 6 de outubro de 2008, o *risco* de uma recessão em grande escala fez a maioria dos investidores procurarem papéis do Tesouro Americano, derrubando as bolsas de valores de todo o mundo, 9% em média. Assim, o que seria uma crise financeira de liquidez e de crédito internacionais começa a se tornar uma crise econômica, atingindo de uma forma ou outra o cidadão mais comum. Interessante notar como os movimentos e os comportamentos dos chamados investidores e dos mercados acionários pendiam entre extremos *positivos* e *negativos*, quase que instantaneamente diante de *números*, de *índices* e de *taxas*, divulgados a todo instante, e que diziam a respeito de níveis de desemprego, do produto interno bruto dos países mais ricos do mundo (G-8) e dos emergentes, dos preços de matérias-primas, dos lucros e dos prejuízos bancários, entre outros.

O Brasil foi afetado por essas notícias. Apesar dos denominados fundamentos econômicos e financeiros estarem sólidos na nossa economia, os *índices* de crescimento econômico negativos ou quase nulos nos países mais industrializados, *derrubaram* o preço das matérias-primas como o petróleo e os metais em grande parte do mundo, desvalorizando, conseqüentemente, o valor das ações de indústrias relacionadas como a Petrobras e a Vale do Rio Doce. Essas empresas são responsáveis por quase 1/3 das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo fazendo, no acumulado do ano, registrar perdas na bolsa em torno de 40% de seus ganhos e seu *índice* (IBOVESPA) oscilar entre ganhos e perdas com extrema volatilidade.

Esse panorama nos fez pensar, como na atualidade, os números, os índices e as taxas, ocupam uma posição de centralidade, talvez, devido ao fato de os números terem adquirido “um indiscutível poder na cultura política moderna” (Rose, 1991, p. 673). Se “medir o sucesso do governo é medir quantitativamente as mudanças do que se procurou governar” (Rose, 1991, p. 686), esses índices, taxas e mensurações, sugerem que não têm sido muito satisfatórias as ações governamentais levadas adiante, em termos econômicos, dentro de uma racionalidade política neoliberal de mercado e da auto-regulação. Assim, arriscamos a pensar que, diante dos recentes acontecimentos econômicos, mudan-

ças sobre *o que deverá ser governado* orientar-se-ão para ações em que a presença reguladora por parte dos Estados seja mais marcante, ficando os mercados com menor poder de decisão.

Neste artigo, pretendemos discutir como números, medidas, índices e taxas adquirem tanta importância nessas ações governamentais, no âmbito político, econômico, educacional da população, a ponto de gerarem-se normas, estratégias e ações (programas e campanhas) para dirigir, administrar e otimizar suas condutas individuais e coletivas. Conduzir, regular e normalizar uma população não requer unicamente a extração de saberes sobre ela – como o vem fazendo a antropologia, a psicologia social, a demografia, entre outros. Além disso, há necessidade de se produzirem registros sobre essa população, para propor, para acompanhar e para avaliar intervenções, quantificando os seus aspectos mais característicos e de interesse, formulando saberes para depois disponibilizá-los aos governos e à sociedade. Os saberes construídos por diferentes instituições e *experts*, com base em *dados* coletados, em registros, em comparações, subsidiam decisões administrativas para manter e otimizar as características desejáveis da população.

As estatísticas, ou como diria Hacking (1991, p.189), a “avalanche de números impressos”, constituem informações sobre os diferentes aspectos da vida da população, delimitando, principalmente, os espaços considerados problemáticos. Desse modo, e como exposto no panorama financeiro e econômico anterior, as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) das nações, os níveis de desemprego e os percentuais de retração das economias mundiais serão referências, possivelmente, para que, no âmbito político, projetem-se maneiras de intervir nas parcelas da população e nos setores produtivos. A governamentalidade, nesse sentido, pode ser compreendida como uma forma de pensar, uma racionalidade, para produzir, conduzir e administrar os problemas que atingem a população e os indivíduos, traduzidos como obstáculos aos projetos de desenvolvimento e de administração de uma nação. Além do entendimento da centralidade dos números, procuraremos abordar a produtividade dessa centralidade numérica na organização, na implementação e no desenvolvimento de um programa educacional de redução do analfabetismo no Brasil.

Números e medidas nas práticas sociais: estatística como tecnologia de governo

Em *A verdade e as formas jurídicas*, Foucault (2003) destaca como sendo uma intenção central das suas investigações, mostrar “como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento” (2003, p. 8).

Em *Segurança, território e população* (Foucault, 2008a) essa questão parece ser um dos eixos com os quais o filósofo organiza e produz essa obra. Para ele, as mudanças em relação às práticas de governo exigiram, de algum modo, novas formas de organização e de produção de determinados tipos de saber. Vê-se, por exemplo, como na França no final da Idade Média, séculos XVI e XVII, os regulamentos em torno da peste, vão priorizar o *quadriculamento* das regiões onde ela existia, indicando às pessoas quando poderiam sair; de que maneira; a que horas; o que deveriam fazer em casa; que tipo de alimentação consumir; que tipos de contato proibir. Essas práticas são do tipo disciplinar e os saberes giram em torno de regras. A partir do século XVIII o problema se coloca de modo diferente: continua-se a impor a disciplina, entretanto torna-se mais importante saber quantas pessoas foram afetadas pela peste, com que idade, qual a mortalidade, quais os riscos que podem ocorrer diante da pestilização, quais os efeitos sobre a população de modo geral. Assim, o problema reformula-se em termos de epidemias e de campanhas nas quais se tentam controlar fenômenos tanto epidêmicos quanto endêmicos (Foucault, 2008a, p. 14).

A teoria da arte de governar, no século XVI, não era assunto unicamente de teóricos políticos, esteve ligada ao desenvolvimento dos aparelhos administrativos das monarquias territoriais e da produção de análises e saberes para esse fim. Ora, a arte de governar não era apenas uma idéia de assessores, de conselheiros ou de filósofos dos monarcas, essa arte só passou a ser formulada na medida em que se estava instalando um grande aparelho administrativo em conjunto com formas de saber correlatas. Do século XVI, até a amplitude alcançada no século XVIII, “esse conhecimento do Estado em seus diferentes dados, em suas diferentes dimensões, nos diferentes fatores do seu poder, [...] foi isso que se chamou precisamente ‘estatística’ como ciência do Estado” (Foucault, 2008a, p. 134).

Para Westergaard (1932) etimologicamente podemos encontrar no termo italiano *stato* a raiz da palavra estatística. Um estatista seria, por assim dizer, o homem que se envolve com as ocupações do Estado.

[...] a estatística, é o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado. Por exemplo: conhecimento da população, medida da sua quantidade, medida da sua mortalidade, da sua natalidade, estimativa das diferentes categorias de indivíduos num Estado e da sua riqueza, estimativa das riquezas virtuais de que um estado dispõe: minas, florestas, etc., estimativa das riquezas produzidas, estimativa das riquezas que circulam, estimativa da balança comercial, medida dos efeitos das taxas e dos impostos – são todos esses dados e muitos outros que vão constituir agora o conteúdo essencial do saber do soberano. Não mais, portanto, *corpus* de leis ou habilidade em aplicá-las quando necessário, mas conjunto de conhecimentos técnicos que caracterizam a realidade do próprio Estado (Foucault, 2008a, p. 365. Grifo do autor).

Estatística ou coleção de fatos que podem ser de interesse das pessoas que cuidam do Estado, nem sempre, historicamente, estiveram vinculados a observações e registros numéricos. Na introdução acerca da história da estatística, Westergaard (1932) afirma que é possível encontrar livros e títulos muito antigos sob a denominação de estatísticas com conteúdos que pouco se aproximam ao sentido moderno da palavra. Na cultura greco-romana, por exemplo, o termo estatística era dado para aquilo que se referia à descrição comparativa de Estados, idéia esta explorada desde Aristóteles e por alguns autores italianos, e que os alemães vão denominar e estudar, nas suas universidades, nos séculos XVII e XVIII, com o nome de *Staatenkunde*.

Alguns elementos para se pensar a constituição do *Staatenkunde* podem ser encontrados em Aristóteles, o qual, na tarefa de elaborar a sua teoria do Estado, apresenta no seu *Politeiai* registros de nada menos que 158 estados, inclusive de Atenas, referindo-se a temas vinculados à administração pública, à justiça, à ciência, à vida religiosa, aos modos e aos costumes e às relações entre estados vizinhos. Essa mesma idéia é logo continuada por autores italianos como Francesco Sansovino e Giovanni Botero. O primeiro, no seu livro: *Del governo e amministrazione di diversi regni e republiche* (1562), descreve exaustivamente 22 Estados entre eles: a antiga Esparta, Atenas e Roma. Botero, em 1593, sob o título *Le relazioni universali*, também centra atenção nos aspectos geográficos dos Estados e seus territórios, da magnitude das suas riquezas e das suas condições religiosas. Porém, é na Alemanha, de fato, que professores universitários dedicam-se ao desenvolvimento do estudo comparativo dos Estados.

Os trabalhos iniciais, como o famoso *Teutssher Fürstenstaat*, publicado por Seckendorff em 1636, embora seguissem o tom dado pelos trabalhos anteriores, apresenta um esboço da conformação e da administração pública de como deveria ser um Estado alemão, o intuito era de qualificar jovens nobres para o serviço público. A longa série de membros da academia alemã que vão se dedicar ao *Staatenkunde* será iniciada por Hermann Conring. Sem observações numéricas importantes, Conring limitava-se a descrever, por exemplo, o número de habitantes de um país, qualificando-o de populoso ou não, sem perder, porém, a riqueza de detalhes das suas descrições sobre Estados tais como a Espanha, França, Portugal. Sem ter publicado nada, obtemos relatos das suas aulas através do trabalho de compilação de notas de aula dos seus discípulos e de uma publicação póstuma feita em 1730. Como filósofo escolástico que era, organizava as suas exposições acerca dos Estados em torno de alguns princípios, tais como: *causa materialis* dos Estados (descrevendo território e população); *finalis* (enunciando metas ou objetivos do Estado); *formalis* (relatando formas de constituição e de administração); *efficiens* (expondo as finanças, e as formas de organização dos exércitos). Outros professores da academia alemã logo, durante a primeira metade do século XVIII, seguiram o rasto. Gottfried Achenwall, quem cunhou a palavra *statistik* em 1749, define estatística como a descrição, em um sentido amplo, da constituição de fatos notáveis a respeito

do Estado (*Staatsmerkwürdigkeiten*). No entanto, devido ao interesse em formar os estudantes para o serviço público, a própria definição dada por Achenwall é revista por ele mesmo, priorizando em seus estudos aspectos tais como a organização do Estado, seu poder e suas fraquezas, isto porque, entendia-se que as estatísticas deviam dar conta do tempo presente e não do passado, sendo que a história das mudanças do Estado (*Staatsveränderungen*) deve ser dada apenas como introdução. Os sucessores de Achenwall, apesar de inúmeras tentativas ou apelos, pareceram incapazes de provocar mudanças no sistema e nas abordagens.¹

Porém, só a partir da segunda metade do século XVIII com o trabalho de Crome em que, através de uma série de tabelas não muito bem dispostas, descreve o tamanho de países europeus, seu número total de habitantes e sua densidade populacional é que vai se dar o trânsito, nas universidades alemãs, entre o *Staatenkunde*, ou comparação entre Estados, e a política aritmética (quantificações e medidas)².

Essa política aritmética, à qual nos referimos, tem em John Graunt e na sua obra *Natural and political observations upon the bills of mortality* (1662), na Inglaterra, o seu ponto de irrupção. Considerado o fundador da demografia moderna, o negociante apresenta, nesse tratado, tabelas cronológicas a partir dos boletins de mortalidade publicados por ocasião da terrível peste negra que dizimou Londres no século XVII e que se estende até o século XVIII, em períodos mais ou menos curtos, de 5 em 5 anos. O mais antigo boletim data de 1532, porém a certeza das regularidades dos boletins semanais só é encontrada a partir de 1603.

No entanto, os trabalhos mais significativos e que historicamente constituem o referencial para se falar em aritmética política conformam os trabalhos de Sir William Petty, o qual - de 1652 a 1659, contratado como médico do governo da Irlanda - teria sido encarregado, depois de estabelecer o cadastro da Ilha, de dividir as terras confiscadas aos católicos entre as tropas inglesas e seus financiadores. Dessa experiência nasce a obra *The political anatomy of Ireland*. No prefácio do livro *Aritmética Política*, publicado originalmente em 1690, ao se referir ao modo bastante particular em que trata dos interesses e negócios da Inglaterra explica:

O método que adotei para fazê-lo ainda não é muito costumeiro; ao invés de usar apenas palavras comparativas e superlativas e argumentos intelectuais, tratei de (como exemplo da aritmética política que há tempos é meu feito) exprimir-me em termos de número, peso e medida; de usar apenas argumentos baseados nos sentidos e de considerar somente as causas que têm fundamento visível na natureza, deixando à consideração de outros as que dependem das mentes, das opiniões, dos apetites e das paixões mutáveis de determinados homens (Petty, 1996, p. 111).

O tempo de grande expansão comercial, entre os séculos XVII e XVIII, nos finais do feudalismo e na constituição dos Estados nacionais é também o tem-

po da emergência da ciência moderna: quantifica-se para conhecer, quantifica-se para governar. Par a par, aponta Senra (2005, p. 57), com o conhecer da natureza há de se conhecer as populações, trazidas do distante através das estatísticas, as quais se tornam pensáveis e conhecidas de sorte que é possível governá-las. “Governa-se, e governar é controlar, administrar, influenciar, monitorar, fiscalizar, dirigir, regular; vigia-se, ordena-se, disciplina-se, enfim, norteiam-se as condutas dos homens; assim sendo, todos governam (seja o pai, o patrão, o mestre, o amante, seja o estado)” (Senra, 2005, p. 58).

Se Portugal por volta do século XII e XIII constitui-se no primeiro Estado nacional, a França do século XVII é o exemplo bem mais acabado desse tipo de Estado. De início, ao tempo do mercantilismo, seja nas suas versões inglesa e francesa, ou na versão alemã denominado de cameralismo, as ações e as atuações dos governos pautavam-se em rotinas e práticas econômicas desenvolvidas por administradores e comerciantes com objetivos não apenas econômicos e financeiros, mas especificamente políticos e estratégicos. Nesse contexto, com vistas à tomada de decisões fortemente centralizadas, demandaram-se muitas e variadas informações, dentre as quais as de tipo quantitativas eram imprescindíveis.

Da mesma forma, o desenvolvimento e a organização das cidades passaram a exigir que se pense o que fazer por antecipação o que não se conhece com exatidão. Procura-se assim, e para além do meramente disciplinar, maximizar os elementos positivos fazendo-os circular da melhor maneira possível e minimizar o que é risco e inconveniente — o roubo e as doenças — sabendo-se que as mesmas nunca serão suprimidas. Para Foucault (2008a, p.26) podemos falar aqui de uma técnica que se vincula especificamente à questão da segurança e se relaciona ao problema da série. Série indefinida de elementos que se deslocam: a circulação, o número x de carroças, número x de passantes, número x de ladrões. Série indefinida de elementos que se produzem: tantos barcos vão atacar, tantas carroças vão chegar; série indefinida de unidades que se acumulam: quantos habitantes, quantos imóveis, etc. É a gestão dessas séries abertas que só podem ser controladas por estimativas e por probabilidades e que para o filósofo caracteriza o mecanismo de segurança da população.

Foucault (2008a, p. 424) atribui ao estado de polícia a maneira pela qual foi possível estabelecer a estatística. Isto porque, a polícia “como arte de desenvolver as forças, supõe que cada Estado identifique exatamente quais são suas potencialidades, as suas virtualidades. A estatística se torna necessária por causa da polícia, mas também se torna possível por causa da polícia”.

Assim, as estatísticas produzidas eram consideradas e cuidadas a título de segredos do Estado.

De fato, o saber que o estado tem de constituir de si mesmo e a partir de si mesmo, esse saber correria o risco de perder certo número de seus efeitos e não ter as consequências esperadas se, no fundo, todo o mundo soubesse o que acontece. [...] O que na época era chamado – e fazia explicitamente parte da

razão de Estado - da *arcana imperii*, segredos do poder, e as estatísticas, em particular, foram por muito tempo consideradas segredos que não se devia divulgar (Foucault, 2008a, p. 367).

Finalmente, as questões de soberania desempenharam um papel importante na constituição das estatísticas como domínio de saber. Se a estatística no marco do mercantilismo tinha funcionado em benefício de uma administração monárquica, a perspectiva da população e a realidade dos seus fenômenos colocam o problema do governo a ser pensado, refletido e calculado sob perspectivas de ordem jurídica. Segundo Foucault (2008a, p. 138) as estatísticas mostram que as populações têm as suas regularidades: seu número de mortos, seu número de doentes, seu número de acidentes. Da mesma forma, que a população comporta efeitos próprios de sua agregação e que esses fenômenos são irredutíveis aos da família: grandes epidemias, espiral do trabalho e da riqueza. A estatística mostra também que as populações têm efeitos econômicos específicos em função da sua forma de agir pelas suas atividades, pelos seus deslocamentos.

Em suma, a estatística como um conhecimento científico torna-se indispensável a um bom governo. Temos assim, pois, com a estatística um *tête à tête* com a arte de governar. Ciência que é exterior ao próprio governo e que, mesmo quem não é governante, pode fundar, estabelecer, provar os seus resultados dos quais não se pode prescindir.

Até o momento, na primeira seção do artigo, procuramos destacar aspectos históricos da centralidade das práticas sociais e da constituição da estatística como saber do Estado. Nesta segunda seção, pretendemos mostrar uma das formas de *pensar* do Estado — melhor dizendo uma racionalidade política contemporânea — em relação à redução do analfabetismo, usando a estatística como tecnologia de governo para gerir o coletivo da vida. Isto é, traduzir a vida em números e situar que parcela do coletivo precisa de intervenção.

A prática social da gestão do risco e o uso do saber estatístico como tecnologia para governar

A ferramenta metodológica e conceitual da governamentalidade será utilizada, neste texto, para compreender a estatística como uma tecnologia para governar. Aprendemos com Foucault (2008b) que tratar a governamentalidade como ferramenta não é fixar um conceito e a ele submeter os estudos, confirmando ou rejeitando resultados. Diferente disso, governamentalidade é uma ferramenta conceitual e metodológica que será colocada *a prova*, experimentada, *testada*.³ Foucault, por razões de método, desejava testar a noção de governamentalidade como grade de análise para as relações de poder, ou seja, para analisar a maneira como se conduz a conduta dos homens. Também era seu objetivo ver como essa grade da governamentalidade pode valer tanto para

analisar a maneira como se conduz a conduta dos loucos, dos doentes, dos delinquentes, das crianças quanto para abordar fenômenos de outra escala, como por exemplo, a política econômica, a gestão de todo um corpo social, etc. O autor conclui que “a análise dos micropoderes não é uma questão de escala”, quer dizer não é uma opção entre conduzir condutas dos indivíduos ou abordar as formas de gestão do corpo social, “não é uma questão de setor, é uma questão de ponto de vista” (Foucault, 2008b, p. 258).

Se entendermos tecnologia como “aqueles meios a que, em determinada época, autoridades de tipo diverso deitam mão para moldar, instrumentalizar e normalizar a conduta de alguém” (Ramos do Ó, 2005, p.20) e conduzir também parcelas da população, então a estatística pode ser considerada uma tecnologia para governar. A estatística pode ser entendida como um meio, composto por saberes e por procedimentos técnicos específicos que é utilizada por governos das diferentes esferas públicas, para situar comunidades com altos índices de analfabetismo, por exemplo, como sendo de risco social. Analisar como se conduz a conduta desse conjunto de indivíduos para sair da condição de analfabetismo é tomar a prática da gestão do risco como uma forma de governar que necessita do saber estatístico para tomar decisões. A prática da gestão do risco, que se utiliza de programas executados em parcerias com empresas, que incita o indivíduo a autogerir sua vida e a manter sua comunidade auto-sustentável, emerge a partir da racionalidade política contemporânea, caracterizada como neoliberal. Tal racionalidade objetiva conduzir as condutas individuais e as coletivas, administrando-as de modo a responsabilizar cada um pelo seu destino e otimizar os índices de saúde, de educação e de desenvolvimento do país com vistas a diminuir a dependência do Estado e também figurar no topo dos *rankings* internacionais.

Para analisar como a estatística torna-se uma tecnologia utilizada nas práticas de gestão do risco social, recorreremos ao estudo de um programa de redução dos índices de analfabetismo no Brasil — O Programa Alfabetização Solidária (PAS)⁴. Criado em 1997, o Programa foi idealizado pela Comunidade Solidária, projeto que centralizava a coordenação das políticas sociais na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994/2002). O Programa era parte do conjunto de ações do Governo Federal que tinham como objetivo “desencadear um movimento nacional pelo combate ao analfabetismo no Brasil”, prioritariamente “na faixa etária de 12 a 18 anos, permitindo assim uma significativa diminuição da exclusão social da população brasileira jovem” (Brasília, 2000a, p. 1). A Comunidade Solidária propunha-se ainda a “oferecer oportunidades de trabalho a jovens de famílias pobres nas regiões metropolitanas, apoiar comunidades pobres do interior do País a superar suas dificuldades” (Boletim Alfabetização Solidária, 1997a, p.7). O próprio Programa tinha como meta alfabetizar a parcela da população analfabeta e dar continuidade aos estudos em ações de Educação de Jovens e Adultos nos municípios⁵.

Nesse exercício de gestão do risco social, não se visava à totalidade da população do país, mas sim aquela parcela de indivíduos pobres, de desempre-

gados e de analfabetos que geravam altos custos sociais para o Estado. O PAS, assim, constituiu-se em uma ação de gestão do risco social. Para isso foi necessário construir determinados locais (comunidades, municípios, estados) como sendo *de risco*. Um local passa a ser considerado de risco quando são associadas várias condições ou fatores tais como: analfabetismo, baixa escolarização, falta de empregos, condições potenciais para proliferação de doenças, entre outras características dessa ordem.

É interessante notar que “os atos individuais são menos importantes que a combinação de fatores de *risco* que define uma população como um todo” (Popkewitz; Lindblad, 2001, p. 138-139. Grifo nosso). Em uma comunidade pode haver indivíduos ou um grupo deles que não se enquadram nas características consideradas *de risco*. Entretanto, a atenção recai ao que *diz* o saber estatístico, que mede, compara e informa as características predominantes da população desse determinado local. O foco de ação é sobre as coletividades e não as individualidades. De modo diferente do conhecimento produzido pela etnografia que “busca apresentar a *alteridade* como única, singular, o conhecimento produzido pela estatística transforma a *alteridade* em diferenças comparáveis e mensuráveis” (Kalpagam, 2000, p. 43. Grifo do autor).

É para produzir um local como sendo *de risco* que se coloca em funcionamento saber estatístico como tecnologia, pois os números permitem um planejamento administrativo à medida que fenômenos aparentemente disparatados e incomensuráveis são transformados em *coisas* mensuráveis que são comensuráveis e comparáveis [...] essa administração acarreta a *contenção do acaso* por meio das teorias de probabilidade” (Popkewitz; Lindblad, 2001, p. 118). São pessoas, objetos e situações distantes, que expressas em números chegam aos decisores no formato de tabelas, gráficos, mapas. “Tomam-se e agregam-se aspectos observáveis e registráveis das individualidades, e, ao agregá-los passa-se a pensar e a dizer do todo (do conjunto, do coletivo) e não mais das suas partes” (Senra, 2005, p. 95).

O PAS começou a ser implantado prioritariamente nas regiões Norte e Nordeste, nos municípios que continham altas taxas de analfabetismo. Posteriormente, foram contemplados outros centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Goiânia, dentre outras capitais e grandes cidades, pois em alguns dos seus bairros localizava-se a maior concentração de analfabetos da região urbana do país. Em 2008, a atuação nos centros urbanos continua, mas a prioridade são os municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e com altas taxas de analfabetismo. Tal mapeamento das regiões, dos estados e dos municípios foi subsidiado com dados do IBGE. Com base nesses, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) elaborou um *ranking* classificando os 50 municípios brasileiros com as maiores taxas de alfabetização, bem como os 50 municípios com os maiores índices de analfabetismo, o qual foi utilizado, no final da década de 90 para implementar o PAS.

Nesses locais, a alfabetização é considerada uma prática importante para gerir o risco social. Nas publicações do Programa, destaca-se que ele *conscien-*

mente extrapolou uma abordagem restrita ao desenvolvimento da leitura, da escrita e do raciocínio lógico-matemático e propôs para a comunidade atendida a continuidade da escolarização e os projetos voltados ao aumento da geração de emprego e renda. Envolvendo a população das comunidades atendidas, o desenvolvimento dessas ações permite abordar não apenas o aspecto educacional do Programa, mas o conjunto de problemas sociais vigentes nas diversas regiões atendidas. O próprio Programa considera que essas ações levariam “ao fortalecimento da cidadania” dos habitantes e da própria comunidade (Programa Alfabetização Solidária, 2000, p. 9). Nesse sentido, o PAS parece funcionar como se apenas com essa ação de alfabetizar a parcela da população analfabeta o efeito fosse tirá-la da condição de exclusão e assim criar uma “sociedade equitativa” para usar a expressão de Popkewitz; Lidblad (2001). Após 12 anos de funcionamento, o PAS, atualmente chamado de ALFASOL, reafirma essa crença visibilizada em um dos slogans expressos no site: “A inclusão pelas letras se mostra com números” (ALFASOL, 2008, p.1).

A escolha dos locais em que o PAS deveria ser priorizado deveu-se ao saber produzido pelas combinações e comparações das estatísticas coletadas e disponibilizadas pelo IBGE e UNESCO. O efeito do saber-poder das estatísticas possibilitou mapear zonas vulneráveis ao risco o que permitiu intervir no local para modificá-lo – transformar analfabetos em sujeitos alfabetizados – incidindo sobre as ações individuais e coletivas da população. O “discurso público dos números” (Rose, 1991, p.691) produz um sedutor efeito como se contra eles não se tivesse argumentos. Os próprios governantes ou administradores dos programas, como este em estudo, tomam as decisões de modo a parecer uma escolha inquestionável, pois tudo leva a crer que “não foram eles que tomaram as decisões, mas sim as estatísticas utilizadas, e mais, que ninguém decidiria diferente de posse das mesmas” (Senra, 2005, p. 67). Enfim, os números justificam uma necessidade.

As estatísticas como tecnologias para governar operam duplamente: por um lado, conduzem à tomada de decisão para intervir; por outro, pelo discurso numérico, expressam os efeitos das intervenções propostas. Vejamos: em 18/12/2008, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), atribuiu à educação a principal razão da melhora do Índice de Desenvolvimento Humano no país. Destaca que “o Brasil manteve a 70ª posição no ranking de 179 nações”, conquistada em 2005. A agência da ONU, ainda indica que “o fator mais relevante para a melhoria do país foi o crescimento no índice relativo à taxa de alfabetização” (PNUD, 2008, p. 1). A notícia está em destaque na página do ALFASOL intitulada: “*IDH do Brasil cresce puxado por taxa de alfabetização*”. O Programa tem tomado para si o efeito positivo de redução do analfabetismo gerado pelas estatísticas.

O que chama atenção aqui não são os números em si, mas a forma como são enredados evidenciando a interdependência dos Programas de intervenção (como o ALFASOL) e das agências de produção e análise de informações (como o IBGE e o PNUD) sobre eventos da população, reduzindo-a a cifras para ex-

pressar o desenvolvimento humano de um país. O que interessa, quanto aos efeitos, não é apenas o alcance das metas previstas, mas a comparação com estatísticas de outros países. As estatísticas comparativas tornam-se modos de mensurar uma diversidade de “arranjos sociais e modos de vida, um aspecto importante das entidades internacionais contemporâneas que produzem relatórios sobre o *progresso* educacional entre as nações” (Popkewitz; Lidblad, 2001, p. 118). Então, ao produzir um relatório nacional ou internacional sobre o desempenho das políticas educacionais, sociais, econômicas, os números ali contidos não apenas descrevem, mas constituem realidades. Como mostrou Nóvoa (2004, p. 10), “não estamos perante um mero relato ou relatório, mas antes face à construção de categorias de pensamento e de ação que criam maneiras novas de administrar as nações e os seus cidadãos”. Ainda nesse sentido, Hacking (1991, p. 194) mostra que “a burocracia da estatística não se impõe apenas por meio da criação de regras administrativas, mas sobretudo através da elaboração de classificações que determinam como as pessoas se pensam a si mesmas e às ações que elas podem fazer”.

Nas últimas décadas, programas com características como o PAS/ALFASOL — investimento na alfabetização inicial de jovens e de adultos, recursos financeiros advindos das parcerias com empresas, com pessoas físicas e com o próprio MEC e adaptáveis a diferentes contextos — têm sido produzidos por uma racionalidade política que *pensa* a prosperidade do Estado-nação por meio de práticas pautadas pelo cuidado dos outros e de si, evitando o risco social e caracterizadas pela flexibilidade. Além disso, os programas sociais, nessa racionalidade, constituem-se em prática passíveis de avaliar sua credibilidade face aos resultados obtidos. Como o Programa manteve sua credibilidade, via aferição do investimento financeiro, para diminuir o analfabetismo? Uma das hipóteses é que o Programa foi produzido em um formato auditável, passível de verificabilidade por meio da avaliação do alcance de suas metas.

Desde o início do Programa, a resposta positiva dos parceiros quanto à continuidade e à ampliação do PAS é atribuída a dois processos: “ao ininterrupto processo de avaliação ao qual o programa é submetido” e à “transparência” (Programa Alfabetização Solidária, 2000b, p. 5). De acordo com uma reportagem chamada “Transparência como regra”, divulga-se que, “para sustentar e fazer crescer o conjunto de parcerias, não basta realizar com eficiência as tarefas expostas” no que tange à execução do processo de alfabetização. Na publicação, ressalta-se que “é necessário também oferecer transparência aos colaboradores”, operacionalizada por meio da prestação regular de contas aos parceiros. Para isso, no PAS, passou-se a fazer uso de um instrumento com o objetivo de “garantir confiança nas relações com os colaboradores: a ocorrência de auditorias externas” (Programa Alfabetização Solidária, 2000b, p. 30).

A auditoria não é uma novidade, quando se trata de programas para gerenciar a população. Nas últimas décadas, com a proliferação das democracias liberais avançadas (ou neoliberais), que estão reconfigurando os territórios de governo, as auditorias constituíram-se em versáteis modos de “tornar

contábil e passível de julgamento a atividade dos profissionais, gerentes, homens de negócios, políticos e tantos outros” (Rose, 1996, p. 351). Os programas construídos para intervir nos diferentes locais, identificados como sendo de risco social, precisam prestar contas de seus objetivos não apenas considerando o julgamento dos especialistas, mas comprovando, contabilmente, os resultados dos investimentos feitos. Desse modo, submetendo-se a um processo de auditoria, o PAS não estará somente fazendo a prestação de contas de forma transparente, mas também se caracteriza como um Programa que possui um formato auditável⁶ ou seja, analisável segundo as premissas da auditoria.

Como o Programa se torna auditável? É possível perceber por meio de práticas de verificabilidade, dentre as quais as auditorias ganham destaque. Nos relatórios publicados de 2000 a 2007, encontram-se nas páginas finais o “Parecer dos auditores independentes”, composto pelo próprio parecer e pelos seguintes documentos: o balanço patrimonial, a demonstração do resultado financeiro, as notas explicativas para demonstrações contábeis e a demonstração de receitas e despesas. A auditoria, desenvolvida por especialistas externos que não têm contato com o cotidiano do PAS/ALFASOL e que utilizam as lógicas e as exigências técnicas da auditoria, supõe uma avaliação desinteressada, imparcial e desapaixonada do Programa. Tais aspectos seriam comprometidos se fossem realizadas avaliações apenas com os especialistas que atuam no Programa.

Esse formato auditável pode ser identificado também nas avaliações de larga escala (como a Prova Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM). Devido aos resultados serem confrontados com os objetivos iniciais, expressos na política curricular nacional, e os exames serem elaborados por especialistas externos às instituições nas quais serão aplicados, é possível considerar as avaliações de larga escala como uma forma de auditoria, na qual o processo educacional está submetido. Essa maquinaria avaliativa opera utilizando o saber estatístico que gera comparabilidade entre o investimento público e os resultados apresentados. Há uma grande valorização dos índices obtidos e isso produz efeitos: evidência das práticas pedagógicas de “sucesso” e sugestão de replicá-las, geralmente independente do contexto; advertência e, muitas vezes, investimentos financeiros nas instituições com baixos índices, apontadas como problemáticas. Parece que a figura do professor, nesse contexto, fica esmaecida, enquanto os índices adquirem centralidade. Tanto no Programa, quanto nas políticas educacionais, as auditorias configuraram-se como instrumentos eficientes para dar credibilidade a ambos. As “auditorias, de vários tipos, passaram a substituir a confiança que o governo social conferia à sabedoria profissional e às decisões e ações dos especialistas” (Rose, 1996, p. 351).

Ao retomar o foco aqui em estudo, a elaboração e a divulgação dos relatórios, entre outras publicações, com os resultados financeiros e as metas atingidas pelo Programa, é apenas uma das formas de agir sobre os índices produzidos. Outra forma consiste em transportar, em armazenar e em disponibilizar as informações registradas nos documentos de avaliação *in loco* para o Depart-

mento de Avaliação e Acompanhamento, denominação existente em 2003. Os formulários de coleta de dados possibilitam que um conjunto de eventos seja registrado e padronizado, e essas inscrições sejam transportadas para longe, desdobradas e acumuladas, fazendo do Departamento de Avaliação e Acompanhamento um centro de cálculo. Utilizamos esta expressão a partir de Rose (1991) e Senra (2005), que se valem das pesquisas de Bruno Latour sobre a formação dos centros de cálculos, ou seja, centros de armazenamento e registro de dados que emergiram nesses três últimos séculos com o objetivo de disponibilizar informações para administrar a população.

Nesse centro de cálculo, as informações e eventos podem ser agregados, comparados, compilados e calculados produzindo estatísticas para governar à distância. Os números impressos, “não apenas conectaram centros de cálculos com outros locais, eles possibilitaram que o centro agisse como tal por meio de sua centralidade nos fluxos de informação que *re(a)presentam* aquilo que se deve calcular e tentar programar” (Rose, 1991, p. 676). Tais números são produzidos tendo em vista seu uso pelas práticas de auditoria e de avaliação para verificar o alcance das metas estabelecidas. Os formulários são pensados e elaborados para essa finalidade, pois a prática de tornar algo auditável, precisa mais do número do que de um parecer descritivo com as informações das características atingidas.

A produção de estatísticas, seja no centro de cálculo do próprio Programa, seja no IBGE, conforma leis e regularidades sobre o analfabetismo e outros aspectos sociais passíveis de serem padronizados e classificados. Nesse sentido, o saber estatístico produz verdades e molda as realidades das sociedades por meio da quantificação, que pode ser compreendida aqui como “um novo modo de impor a ordem” (Rose, 1991, p. 681). A quantificação vem a ser um modo de esquadrihar e ordenar a vida da população. Ao serem catalogadas condutas de um grupo de indivíduos que possam ameaçar a vida ou a rotina de uma população, são lançados programas com o objetivo de trazer à ordem esse grupo desviante. Ao tratar a estatística como uma tecnologia de poder e de governo, uma maquinaria da ordem, podemos perceber o quanto “o domínio dos números é politicamente composto e o domínio da política é numericamente feito” (Rose, 1991, p. 675).

São as estatísticas, os índices e as informações produzidas por meio das avaliações constantes e das auditorias externas que tornam o PAS numerável, mensurável e auditável. Produz-se o Programa como um *modelo* flexível, de fácil adaptação, com baixo custo e passível de ser exportado. Desde 2002, o PAS/ALFASOL passou a atuar no exterior e para seus coordenadores “isso só foi possível porque a entidade brasileira criou um modelo que é absolutamente replicável, mesmo em regiões com características socioculturais distintas” (ALFASOL, 2008, p. 1). Em 2008, o ALFASOL tinha participação internacional no Timor-Leste, Guatemala, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique.

Considerações Finais

Neste texto, procuramos mostrar, numa perspectiva foucaultiana, como as práticas sociais - em relação às artes, aos interesses, às prioridades e às formas de governar - têm propiciado a constituição do saber estatístico, através de objetos, técnicas, conceitos, métodos fabricados segundo determinadas finalidades e propósitos, e que hoje em dia funciona em relação àquilo que se conhece como população.

Como tecnologia de governo o saber estatístico tem criado, inventado, fabricado regularidades, as quais têm sido postas nas populações, tornando-se necessárias e pertinentes à sua gestão. Essas regularidades estão na ordem do saber estatístico e não respondem, necessariamente, a grandes modelos – explicativos-comportamentais próprios das ciências empíricas sobre os modos de ser ou agir das populações. Diferente disso, a idéia que parece ser fabricada é que as regularidades são necessárias à prática social da gestão das populações e, portanto, deverão ser produzidas na ordem do saber, atreladas a condições políticas, sociais e econômicas do seu tempo. As regularidades assim fabricadas e dispostas são centrais para a tomada de decisão em torno das populações.

Se números, medidas, índices e taxas adquirem importância nas ações governamentais, seja no âmbito político, econômico, social, educacional, é para que os mesmos sejam utilizados na invenção de normas, de estratégias e de ações no intuito de dirigir, de administrar e de otimizar condutas individuais e coletivas em todos esses aspectos.

A comparação, como técnica do saber estatístico, emerge nos tempos contemporâneos sob outras condições. Se no *Statenkunde* comparavam-se estados centrados em abordagens de cunho qualitativo e através de descrições amplas e pouco específicas; nos tempos contemporâneos comparam-se características populacionais (condições ambientais, qualidade de vida, riquezas) através de índices, de números e de medidas necessários ao que se considera pertinente e primordial ao desenvolvimento e enriquecimento de uma nação.

Estudar a história de uma técnica ou de uma estratégia significa compreender como ela vai mudando no seu uso e na sua mobilização no interior das diferentes práticas sociais, quais suas condições de emergência em determinados contextos. Na constituição do saber estatístico a comparação foi indispensável ao seu próprio desenvolvimento e, com efeito, a utilização desse saber nas práticas de gestão fez da comparação uma estratégia de análise e de decisão. Nesse sentido, e pela nova configuração dos modos e de estilos de comparação, no interior das estatísticas, é que se organizam novos saberes, novas práticas, fundamentais à gestão das populações. A comparação passa a se constituir em uma técnica atrelada ao saber estatístico como tecnologia para governar. Comparam-se as informações, produz-se um determinado ordenamento e identificam-se as prioridades de modo a tornar um local receptivo à intervenção.

Tal qual o exposto no panorama econômico inicial referente aos setores produtivos e financeiros, bem como na análise feita neste artigo em torno do Programa Alfabetização Solidária, em relação ao analfabetismo, percebemos que é por intermédio de números, de taxas e de medidas, sob técnicas estatísticas comparativas, que ações governamentais ganham centralidade. Elas passam a ser lidas, traduzidas e expostas à intervenção e à regulação necessárias.

Quais são, então, as ações que interessam para a gestão do risco social? A constituição de um local como sendo de risco depende do uso do saber estatístico, que minuciosamente descreve como e onde esse risco se encontra. O modo de intervir depende da racionalidade, ou melhor, do modo de ser do pensamento, para resolver os problemas sociais em determinada época histórica.

Neste caso, o analfabetismo como problema, pode ser pensado de várias formas: falta de interesse das pessoas por não desejarem estudar; falta de vagas escolares, professores sem formação específica, inadequação de currículos e práticas pedagógicas para jovens e adultos trabalhadores; como um fator que gera e potencializa o risco social, entre outras. Na contemporaneidade, o analfabetismo é considerado como fator de risco social, o que demandou determinado tipo de intervenção. O PAS/ALFASOL conformou-se em uma ação pertinente ao modo contemporâneo de pensar a diminuição do analfabetismo por contemplar a aprendizagem da leitura e da escrita associada com a continuidade da escolarização, a participação em diferentes projetos envolvendo a prevenção de doenças e a integração em cursos de geração de emprego e renda, por exemplo. Além disso, desenvolver uma maneira de conduzir a si e aos outros na qual cada um seja responsável para manter-se afastado das condições de risco social. E ainda, na racionalidade neoliberal contemporânea, uma ação de intervenção precisa envolver outras instâncias da sociedade e não apenas o Estado.

Programas criados para a gestão do risco social, nessa racionalidade, consideram insuficiente a avaliação do alcance das metas pelos envolvidos na sua execução. Em outras palavras, colocam em xeque a confiança dos executores. Profissionais posicionados *do lado de fora*, sem nenhum contato com o Programa, exercem a prática da auditoria, considerada um modo isento para conferir se o investimento financeiro atingiu as metas estabelecidas. Os programas devem ter a condição de verificabilidade, daí a necessidade de se tornarem auditáveis, conseqüentemente, plausíveis de mensuração e comparação em que o saber estatístico fornece as condições necessárias.

Recebido em abril de 2009, aprovado em maio de 2009

Notas

- 1 Entre os sucessores de Achenwall pode se mencionar Schlözer (1735-1809) da Universidade de Gottingen e Meusel, o qual publica, em 1804, o livro *Lehrbuch der Statistik*.
- 2 Uma fase curiosa no desenvolvimento da Estatística alemã é aquela denominada de *Tabellenstatistik*, na qual, as descrições eram apresentadas através de um arranjo espacial que privilegiava sua visualização. Certamente, essa nova disposição espacial incitava ao uso de algumas expressões e de dados de caráter numérico. Porém, não eram absolutamente necessários.
- 3 Como afirma o próprio autor no curso *Nascimento da Biopolítica*, ministrado em 1979.
- 4 O estudo detalhado do Programa foi realizado por Traversini (2003). Para este artigo foram revisados alguns materiais empíricos analisados na pesquisa e outros publicados recentemente com dados atuais sobre o Programa.
- 5 De 1997 a 2002, o Programa Alfabetização Solidária utilizava a sigla PAS; após essa data, passou a ser apresentado como ALFASOL. Até novembro de 1998, o PAS esteve sob a responsabilidade do Programa Comunidade Solidária. A partir de então passou a ser coordenado e administrado pela Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS), para ter condições de captação de recursos e aumentar a agilidade no gerenciamento das atividades. Consultando o site, em 20/12/2008, assim se define “A Alfabetização Solidária (ALFASOL) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e de utilidade pública, que adota um modelo simples de alfabetização inicial, inovador e de baixo custo, baseado no sistema de parcerias com os diversos setores da sociedade” (ALFASOL, 2008).
- 6 Essa noção foi desenvolvida e discutida por Power (1996) e por Rose (1996).

Referências

- ALFASOL. **Alfabetização Solidária**. Disponível em: <http://www.alfabetizacao.org.br/aapas_site/asalfasolanos.asp>. Acesso em 20 de dezembro de 2008.
- BRASÍLIA. **Programa Comunidade Solidária**. O que é. [on line]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/SecExec/oque.htm>>. Acesso em 25 de janeiro de 2000.
- BOLETIM Alfabetização Solidária. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, n.1, jul. 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2003.
- HACKING, Ian. How should we do the history of statistic? In: BURCHEL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Org.) **The Foucault effect: studies in governmentality**. Chicago: The University of Chicago, 1991. P. 181-196.

NÓVOA, António. Governar através dos Números. In: CANDEIAS, António; PAZ, Ana Luísa; ROCHA, Melânia. **Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX** – os censos e as estatísticas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. P. 9-15.

KALPAGAM, U. The colonial state and statistical knowledge. **History of the human sciences**. London: Sage, v. 13, n. 2, p. 37-55, 2000.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **IDH do Brasil cresce; país é 70º no ranking**. Brasília, 2008. Disponível em: >http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3119&lay=pde>. Acesso em: 18 dez. 2008.

Ó, Jorge Ramos do. Notas sobre Foucault e a governamentalidade. In: FALCÃO, Luis Felipe; SOUZA, Pedro de. **Michel Foucault perspectivas**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005. P. 14-40.

PETTY, William. **Obras econômicas**. São Paulo. Nova Cultural, 1996 (Os economistas)

POPKEWITZ, T.; LINDBLAD, S.. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Educação & Sociedade**. São Paulo; CEDES, v. 22, n.75, p.111-148, ago. 2001.

POWER, Michael. Making things auditable. **Accounting, organizations and society**. London: Pergamon, v. 21, n. 2/3, p. 289-315, 1996.

PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA, **Mil dias reescrevendo o Brasil**: relatório de três anos de atividade do Programa Alfabetização Solidária: janeiro de 1997 a dezembro de 1999. Brasília, [2000].

ROSE, Nikolas. Governing by numbers. Refiguring out democracy. In: **Accounting Organizations and Society**. London: Pergamon, v. 16, n.7, p. 673-692, 1991.

ROSE, Nikolas. The death of the social? Re-figuring the territory of government. **Economy and Society**. London: Routledge, v. 25, n. 3, p. 327-356, ago. 1996.

SENRA, Nelson Castro. **O saber e o poder das estatísticas**: uma historia das relações dos estaticistas com os estados nacionais e com as ciências. 1ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

TRAVERSINI, Clarice Salete. **Programa Alfabetização Solidária**: o governmento de todos e de cada um. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Educação).

WESTRGAARD, Harald. **Contributions to the history of Statistics**. London: P.S. King & Son, LTD, 1932.

Clarice Salete Traversini é doutora em Educação (UFRGS). Professora do Departamento de Ensino e Currículo e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS.

E-mail: clarice.traversini@ufrgs.br

Samuel Edmundo López Bello é doutor em Educação Matemática (UNICAMP). Professor do Departamento de Ensino e Currículo e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS.

E-mail: samuel.bello@ufrgs.br